



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026 PROCESSO Nº E- 2026/2346410			Data da abertura: 21/05/2026 às 9h no site https://www.gov.br/compras	
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos destinados à impressão em offset da Revista Científica e do Anuário Institucional da Companhia de Saneamento do Pará COSANPA, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos.				
Valor Estimado (R\$)				
SIGILOSO				
Registro de Preço?	Vistoria	Garantia Contratual	Instrumento Contratual	Forma de Julgamento
NÃO	NÃO	NÃO	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO
DOCUMENTOS (Habilitação/Regularidade fiscal e Trabalhista/Econômico-financeira e Qualificação Técnica)			DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
<ul style="list-style-type: none">- Habilitação, conforme disposto no Item 12 do Edital;- Habilitação Jurídica, conforme disposto no subitem 12.21;- Regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto no subitem 12.22;- Qualificação Econômico-financeira, conforme disposto no subitem 12.23;- Qualificação Técnica, conforme disposto no subitem 12.24.			<ul style="list-style-type: none">- Qualquer outra documentação exigida em diligência para esclarecer dúvidas na proposta e/ou documentos de habilitação.- Qualquer outro documento solicitado no Termo de Referência (anexo I do edital).	
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserva de Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem/Teste		MODO DE DISPUTA
SIM Conforme art. 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006	NÃO	SIM		ABERTO
Pedidos de Esclarecimentos/Impugnações				
Até 18/05/2026 , exclusivamente por meio do endereço eletrônico: cpl@cosanpa.pa.gov.br				
Data de disponibilidade do edital			UASG – COSANPA	
06/05/2026			925802	
Observações Gerais				
<p>1. Recomenda-se a leitura do item 6.7, alíneas “K” e “L” do edital, referentes ao cumprimento das cotas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e cota de aprendizagem.</p> <p>2. A declaração da existência de “Programa de Integridade” e “Ações de Equidade” pelo licitante deverá ser obrigatoriamente comprovada em caso de utilização desse critério para fins de desempate entre duas ou mais propostas.</p> <p>3. Intervalo de diferença de valores entre os lances: R\$ 5,18 (cinco reais e dezoito centavos).</p> <p>4. Será exigida apresentação de amostras, conforme previsto no Anexo único do Termo de Referência (Especificações Técnicas da Publicação).</p> <p>5. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - Prazo de entrega: O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato; contudo, sua execução poderá estar condicionada à emissão de ordem de serviço. A empresa deverá apresentar, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da mídia digital definitiva, prova de impressão contendo a capa e amostras de páginas internas, para análise das paletas de cores, contemplando, no mínimo, 3 (três) variações tonais (90%, 95% e 100%), nos papéis especificados no Anexo I, para fins de aprovação prévia da impressão definitiva (boneca). A boneca deverá ser entregue no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação formal de aprovação da prova de impressão, devendo conter todas as páginas impressas e apresentar padrão de qualidade equivalente ao dos exemplares finais. Após a aprovação da boneca, o prazo para a entrega definitiva do objeto será de até 10 (dez) dias úteis. Os prazos e procedimentos descritos neste item aplicam-se tanto à produção do anuário quanto da revista, conforme Termo de Referência.</p> <p>6. Todas as propostas que constarem cadastradas no sistema, por ocasião da abertura do certame, implicarão anuência tácita a todos os dispositivos do edital, não podendo assim, haver desistência, salvo por motivo superveniente e justificadamente aceito pelo (a) pregoeiro (a), sob pena de sujeição à conduta de “NÃO MANUTENÇÃO DE PROPOSTA” e ensejando a aplicação de sanções pertinentes.</p>				



COMPANHIA
DE SANEAMENTO
DO PARÁ



A **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA**, torna público, para ciência dos interessados, realizará o certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**; que será regida pelos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos, nos termos da **Lei nº 13.303/2016**, do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC**; da **Lei Complementar nº 123/2006**, da **Lei Estadual nº 8.417/2016**, **Decreto Estadual nº 2.121/2018**, **Lei nº 12.846/2013** (Lei Anticorrupção) e da **Lei nº 10.406/2002** (Código Civil Brasileiro) e demais legislações aplicáveis à matéria e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, plataforma **Compras Governamentais**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, credenciado na função de Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para os sistemas de compras eletrônicas utilizadas pela Administração Direta e Indireta, disponível no Portal Eletrônico de Compras Governamentais, no endereço www.gov.br/compras.
- 1.3. A sessão de abertura será a partir das **9h00min do dia 21/05/2026 (horário oficial de Brasília/DF)**
- 1.4. Edital disponível nos sites <https://www.cosanpa.pa.gov.br> e www.gov.br/compras
- 1.5. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO**.
- 1.6. Modo de Disputa: **ABERTO**.
- 1.7. Intervalo de diferença de valores entre os lances: **R\$ 5,18 (cinco reais e dezoito centavos)**.

2. DO OBJETO

2.1. Esta licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos destinados à impressão em offset da Revista Científica e do Anuário Institucional da Companhia de Saneamento do Pará COSANPA, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. Sua execução será conforme as demandas da Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA, conforme classificação orçamentária a seguir:
- **4.5.75144.2000.10000.1100.40.325174 – SERVIÇOS GRÁFICOS.**
- 3.2. O valor do orçamento previamente estimado para o objeto deste Pregão será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- 3.3. O valor do orçamento estimado poderá ser divulgado após finalizada a fase de lances, somente para subsidiar negociação em caso de ofertas superiores a esse referencial.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 4.1. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.
- 4.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser endereçados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente por meio do endereço eletrônico cpl@cosanpa.pa.gov.br.
- 4.3. Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, responder a impugnação ou ao pedido de esclarecimento.
- 4.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.5. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 4.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.
- 4.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no Sistema e vincularam os participantes e a administração.
- 4.9. Qualquer impugnação ou pedido de esclarecimento, encaminhados fora dos prazos e horários estabelecidos neste edital serão considerados intempestivos, não tendo a Administração obrigação de respondê-los.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



- 5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Estadual, no sítio <https://www.gov.br/compras>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.5. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País e que atendam às exigências deste Edital e seus anexos.
- 6.2. Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de Compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br
- 6.3. Atendam às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação;
- 6.4. Não será admitida a participação de licitantes que:
- a) Que não sejam Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's ou Microempreendedores Individuais – MEI's
 - b) Se enquadrem em um ou mais impedimentos do artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;
 - c) Estejam constituídos sob a forma de consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - d) Com registro de inidoneidade no SICAF;
 - e) Com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
 - f) Empresas em processo de falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
 - g) **Empresas em recuperação judicial salvo, se apresentarem certidão emitida pelo juízo competente, afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente, conforme Acórdão nº 1201/2020 – TCU;**
 - h) **Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber** citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - i) Que possuam em seu contrato social, estatuto social ou documento equivalente, finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste certame;
 - j) Cooperativa de mão de obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;
- 6.5. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados mediante consulta em nome da sociedade empresária licitante (matriz ou filial) e de seus sócios majoritários nos Portais Eletrônicos:
- a) Tribunal de Contas da União - TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>),
 - b) Secretaria de Estado da Fazenda do Pará – SEFA/PA (<https://app.sefa.pa.gov.br/cadin/publico/>);
- 6.6. As consultas serão realizadas em nome da sociedade empresarial da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.
- 6.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará em campo próprio do **Sistema Eletrônico Compras Governamentais** as seguintes declarações:
- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos. 42 a 49;
 - b) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, quando for o caso;
 - c) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.
 - d) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;



- e) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- g) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- h) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- i) Se desenvolve ou não programa de integridade;
- j) Se desenvolve ou não as ações de equidade;
- k) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas., conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.
- l) Que cumpre, sob as penas da Lei a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no artigo 429 da CLT.

6.8. A veracidade das declarações de que tratam alíneas “j” e “k” do item anterior será aferida na fase de habilitação, por meio de consulta ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / Secretaria de Inspeção do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>), devendo a situação licitante constar nas certidões correspondentes como DESOBRIGADO, IGUAL ou SUPERIOR ao estabelecido na legislação.

6.9. Ante à constatação do não cumprimento das obrigações de que tratam os subitens acima com base nas certidões obtidas junto ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, será oportunizado à licitante, no prazo de **02 (duas) horas**, a apresentação de documentos oficiais detentores de fé pública (Decisão Judicial, documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE etc.) ou apresentar contrato de trabalho, seguindo as Normas legais aplicáveis, que garantam o devido cumprimento às cotas de PCD e Aprendiz.

6.10. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação da licitante via chat, formulada antes de findo o prazo inicialmente concedido e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

6.11. A não comprovação no prazo estabelecido no **subitem 6.9** ou a apresentação de documentos não oficiais que detenham fé pública, ensejará a inabilitação da licitante.

6.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no portal www.gov.br/compras/pt-br, sua proposta com a descrição detalhada e o preço ofertado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item expressos em Reais (R\$) com, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

7.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.1.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8. DIVULGAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) pregoeiro (a) e os licitantes.

8.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

8.4. Cabe ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública desse Edital, ficando o (a) pregoeiro (a) pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. As propostas apresentadas poderão ser desclassificadas, motivadamente, caso não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e anexos.

8.6. Quaisquer elementos que possam identificar o Licitante importarão na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9. FASE DE LANCES

9.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances



9.2. Aberta a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento do seu **lance** ofertado consignado no registro de cada lance.

9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão, as regras estabelecidas no Edital e o intervalo mínimo entre lances estabelecido no **Edital**.

9.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. O sistema informará o valor em real correspondente a cada lance ofertado.

9.6. A eventual desclassificação de lances, será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.7. Modo de disputa adotado nesta licitação:

9.7.1. Aberto: Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. (Tempo fixo: 10 minutos / Prorrogações automáticas: 2 minutos).

9.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.11. Quando houver desconexão do sistema eletrônico e caso persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa automaticamente e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá, justificadamente, admitir-se o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados, devendo a ocorrência ser registrada em campo próprio do sistema.

9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, e no art. 8º da Lei Estadual nº 8.417, de 2016.

9.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de **MENOR PREÇO** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.20. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.23. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **art. 55, incisos de I a IV, da Lei nº 13.303/16**, assegurando-se a preferência, sucessivamente:

Art. 55. Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:



- I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;
- II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- III - os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
- IV - sorteio.

9.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a fase de lances o sistema informará a ordem de classificação das empresas licitantes, sendo convocada a 1ª classificada a apresentar, inicialmente nos termos determinados por este Edital, a proposta adequada ao último lance ofertado e documentos técnicos, quando for o caso, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e termo de referência e anexo, no prazo de **02 (duas) horas, conforme a solicitação via chat no ato da sessão pública**.

10.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

10.3. A proposta de preços deve ser apresentada através de planilha com o valor mensal per captar atender o total de empregados participantes, inicialmente, constantes na tabela do item 10.2, além de ser levada em consideração a quantidade, a distribuição e qualidade da prestação dos serviços comprovada nos documentos neste Termo de Referência;

10.4. A empresa participante deverá apresentar preço, observado os serviços solicitados para todos os empregados conforme descrito nas especificações do objeto, prazos e abrangência territorial.

10.5. O (A) Pregoeiro (a) poderá solicitar diligências para esclarecimento de dúvidas, vedada a alteração do conteúdo econômico da proposta.

10.6. Erros aritméticos poderão ser corrigidos, desde que não alterem o valor global ofertado, prevalecendo o valor por extenso sobre o valor numérico.

10.7. A proposta poderá ser desclassificada quando as inconsistências identificadas comprometerem sua validade ou demonstrarem falta de aderência ao edital.

10.8. A COSANPA não aceitará qualquer cobrança posterior de quaisquer encargos financeiros adicionais, salvo se criados após a data de abertura desta licitação, desde que observem os requisitos e critérios relativos aos procedimentos de reequilíbrio econômico-financeiro da contratação, conforme definido neste Edital, seus anexos e no RILC da COSANPA.

10.9. Após a negociação do preço, iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. O (A) Pregoeiro (a) decidirá sobre a aceitação dos preços obtidos, e divulgará o resultado do julgamento das propostas.

11.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor global, o (a) mesmo (a) anunciará o licitante vencedor.

11.3. Será desclassificada a proposta que apresentar preço final manifestamente inexequível.

11.4. **Não serão aceitas propostas que apresentarem preço global ou preços unitários superiores aos limites máximos fixados pela COSANPA.**

11.4.1. **A proposta de preços deverá apresentar a composição detalhada de todos os itens, sendo que o valor total da proposta não poderá exceder o valor global estimado, e nenhum dos valores unitários poderá ser superior ao preço de referência unitário estabelecido.**

11.4.2. **Ocorrendo preços acima do referencial, a Administração poderá convocar a licitante melhor classificada para negociar a adequação dos valores aos limites aceitáveis, ocasião em que serão divulgados os preços referenciais objeto da negociação.**

11.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.7. O (A) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

11.8. O prazo estabelecido **poderá** ser prorrogado pelo (a) Pregoeiro (a) **por solicitação via chat**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

11.9. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ou serviço ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro



meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de passar para a proposta à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.13. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma dos **artigos 56 e 57 da Lei nº 13.303/2016**.

11.14. Conforme o art. 11, § 2º da Lei Estadual 8.417/2016, na hipótese de uma mesma licitante vencer tanto a Cota Reservada (quando houver) quanto a Cota Principal relativa ao mesmo objeto, a contratação deverá ocorrer pela menor proposta válida.

11.15. Conforme o art. 11, § 5º da Lei Estadual 8.417/2016, nos casos de Cota Reservada (quando houver), e não tendo vencedor para ela, este deve ser adjudicado ao vencedor da Cota Principal ou, em caso de recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço oferecido pelo primeiro colocado da Cota Principal.

11.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será verificada a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Na fase da habilitação, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.2. SICAF;

12.3. Portal Eletrônico do TCU;

12.4. Portal Eletrônico do CNJ;

12.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será feita diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.9. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.12. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

12.13. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

12.14. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

12.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



12.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.19. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.20. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.21. Habilitação jurídica:

12.21.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

12.21.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.21.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.21.4. No caso de sociedade empresária, inclusive Sociedade Limitada Unipessoal-SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.21.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

12.21.6. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.21.7. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.21.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.21.9. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

12.21.10. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.21.11. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.21.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.21.13. Decreto de autorização, devidamente arquivado, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, com procurador residente domiciliado no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

12.22. Regularidade fiscal e trabalhista:

12.22.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 2/10/2014;

12.22.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.22.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11;

12.22.4. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.22.5. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.22.6. Caso o (s) licitante (s) detentor (res) do (s) melhor (res) lance(s) seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.23. Qualificação Econômico-Financeira:

12.23.1. De acordo com o art. 59-D do RILC, a documentação de qualificação econômico-financeira será limitada à:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante com data de expedição não superior a 90(nove) dias quando não houver prazo de validade expresso.

12.24. Qualificação Técnica:

12.24.1. Considerando o interesse de que atendam aos requisitos normativos pertinentes ao objeto deste Edital, a licitante deverá ser, comprovadamente, capacitada para execução do contrato, pelo que a proponente deverá apresentar, os documentos de qualificação técnica, conforme abaixo:



a) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

- a.1)** Apresentar um ou mais atestado(s) de Capacidade Técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta certame, especialmente relacionados à impressão gráfica de revistas, livros ou publicações similares, conforme Termo de Referência.
- a.2)** A empresa deverá comprovar experiência na prestação de serviços equivalentes a, no mínimo, **50% do quantitativo previsto (500 exemplares)**, com publicações contendo, no mínimo, 100 páginas cada, sendo pertinente e compatível em características, quantidade e prazos conforme Termo de Referência.
- a.3)** Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.
- 12.24.2.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 12.24.3.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 12.24.4.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ela será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 12.24.5.** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 12.24.6.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.
- 12.24.7.** **As certidões que não apresentarem prazo de validade expresso serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, exceto se existente legislação específica indicativa de prazo distinto.**
- 12.24.8.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.24.9.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.24.10.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 12.24.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1.** Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo de **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata e em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer
- 13.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso.
- 13.3.** A recorrente deverá apresentar as razões do recurso por meio do sistema eletrônico no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, para querendo, apresentar contrarrazões, também por meio do sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis** que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5.** Decididos os recursos, caso existam, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 13.6.** O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este certame poderão ser consultados no endereço <https://www.gov.br/compras>, que será atualizado a cada nova etapa constante no Edital.
- 13.7.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 13.8.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO



14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou qualquer outra forma de comunicação profissional, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.6. A convocação feita por e-mail ou qualquer outra forma de comunicação profissional dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados (em caso da existência dele).

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

16.1. Conforme Minuta do Contrato no **Anexo II** deste Edital.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

17.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

17.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Os usuários têm à disposição canais de comunicação específicos para denunciar irregularidades na prestação dos serviços. Para tanto, poderão utilizar:

- E-mail: denuncias@cosanpa.pa.gov.br.

- Formulário de denúncia disponível no site da COSANPA.

17.11.1. As denúncias serão analisadas e respondidas em um prazo máximo de 48 horas, assegurando que os denunciante sejam informados sobre as ações tomadas em resposta às suas reclamações.

17.12. O licitante deverá observar a política de integridade disponível no Site da COSANPA, no item INSTITUCIONAL (Código de Conduta de Integridade), conforme recomendação constante no art. 32, inciso V, combinado com art. 9º, todos da Lei nº 13.303/2016.

17.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



COMPANHIA
DE SANEAMENTO
DO PARÁ




17.15. Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no foro da cidade de Belém/PA, pela Justiça Estadual.

18. FAZEM PARTES INTEGRANTES E INDIVISÍVEIS DO PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

- 18.1.** Anexo I – Termo de Referência e Especificações técnicas
- 18.2.** Anexo II – Minuta do Contrato
- 18.3.** Anexo III – Modelo de Proposta

Belém/PA, 05 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **NELSON ALVES DE SENA**
Data: 05/05/2026 15:47:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NELSON ALVES DE SENA
GESTOR DA UNIDADE DE SERVIÇOS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS/USLP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS Nº [01]-[APCI]
PAE nº 2026/2346410

OBJETO DE CONTRATAÇÃO				
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos destinados à impressão em offset da Revista Científica e do Anuário Institucional da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.				
O QUE SERÁ CONTRATADO?				
Lote	Item	Descrição	Und	Tiragem
ÚNICO	1	Serviço de impressão do Anuário Institucional da COSANPA	1	500 unidades
	2	Serviço de impressão da Revista Científica da COSANPA	1	500 unidades
<input type="checkbox"/> Planilha quantitativa anexa.				
JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES				
A adoção da licitação por lote único mostra-se mais adequada sob o ponto de vista da eficiência administrativa, pois possibilita a manutenção da qualidade no fornecimento dos materiais gráficos, considerando que o gerenciamento contratual permanecerá sob responsabilidade de um único fornecedor. Tal modelo favorece a padronização dos serviços, a integração das etapas do processo produtivo e maior controle da qualidade final das publicações. Além disso, empresas do setor gráfico costumam oferecer esses serviços de forma integrada, o que contribui para maior competitividade e economicidade, possibilitando propostas mais vantajosas para a Administração. Assim, a contratação em lote único assegura ganho de escala, uniformidade de impressão e eficiência na execução contratual, evitando riscos decorrentes da fragmentação da contratação.				

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<p>Entre os diversos instrumentos utilizados para comunicação institucional com a sociedade, destacam-se a Revista Científica e o Anuário da Companhia de Saneamento do Pará, que representam importantes meios de divulgação das ações desenvolvidas pela empresa, além de contribuírem para a transparência administrativa e para a disseminação de conhecimento relacionado ao setor de saneamento básico.</p> <p>Essas publicações possuem caráter estratégico, pois têm como propósito registrar, sistematizar e divulgar informações relevantes sobre projetos, atividades, resultados e avanços alcançados pela Companhia ao longo do período,</p>

	<p>fortalecendo a memória institucional e ampliando o acesso público às informações produzidas pela organização.</p> <p>Além disso, os referidos materiais contribuem para a difusão de estudos, experiências e conteúdos técnicos, alcançando profissionais da área, pesquisadores, acadêmicos, estudantes, instituições públicas e privadas, bem como organizações da sociedade civil que atuam direta ou indiretamente no campo do saneamento.</p> <p>A distribuição dos exemplares será realizada junto a autoridades, gestores públicos, instituições de ensino e pesquisa, órgãos da administração pública e demais entidades institucionais, incluindo também instituições estaduais e municipais que disponham de bibliotecas ou espaços de acesso público, possibilitando maior alcance das publicações.</p>	
JUSTIFICATIVA DA MARCA		
QUAL O MOTIVO DA ESCOLHA DA MARCA?	<input checked="" type="checkbox"/> Inaplicável	
	<input type="checkbox"/> Aplicável	
NATUREZA DO SERVIÇO		
CARACTERÍSTICA	<input checked="" type="checkbox"/> Comum <input type="checkbox"/> Técnico profissional especializado	
MÃO DE OBRA	<input type="checkbox"/> Com dedicação exclusiva <input checked="" type="checkbox"/> Sem dedicação exclusiva	
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO		
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico <input type="checkbox"/> Pregão presencial <input type="checkbox"/> Concorrência.	
MODO DE DISPUTA	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Fechado/Aberto	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Melhor técnica <input type="checkbox"/> Maior desconto. <input type="checkbox"/> Melhor técnica e preço	

O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Conforme previsão do RILC, em regra o orçamento estimado deve ser sigiloso. <input type="checkbox"/> Não.
GARANTIA DA PROPOSTA	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> De 1% do valor estimado
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. <div> Justificativa: A escolha tem, por fim, garantir maior segurança quanto a prestação de serviços. </div> </div> <div> <input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente. </div> <div> <input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. </div> <div> <input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional. <div> Justificativa: A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, especialmente relacionados à impressão gráfica de revistas, livros ou publicações similares. Além disso, a empresa deverá comprovar experiência na prestação de serviços equivalentes a, no mínimo, 50% do quantitativo previsto (500 exemplares), com publicações contendo, no mínimo, 100 páginas cada. </div> </div>

HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Especificar: A contratada deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, especialmente quanto ao uso de matérias-primas e processos produtivos. <input type="checkbox"/> Não.
HÁ PREVISÃO DE VISITORIA?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Todavia será exigida apresentação de amostras à contratada, conforme previsto no anexo único deste instrumento.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?	<input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço. <input checked="" type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato; contudo, sua execução ocorrerá por demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pelo fiscal do contrato, para cada edição da revista científica e do anuário institucional. Os prazos previstos poderão sofrer variações em razão do desenvolvimento do material digital pela Contratante, servindo os períodos indicados no anexo único como referência para execução das etapas, observando-se, em qualquer caso, o prazo contratual global estabelecido.
LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	Os materiais deverão ser entregues na Assessoria de Publicação e Pesquisa Científica da COSANPA , localizada na: Avenida José Bonifácio, nº 404, Bairro Fátima, Belém/PA, CEP: 66063-075.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Outro (especificar)
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/16. <input type="checkbox"/> Não.
FORMA DE PAGAMENTO	<div> Meio Ordem bancária. </div> <div> Onde? Conta corrente da contratada </div> <div> Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada. </div> <div> Prova da regularidade fiscal A regularidade fiscal pode ser provada: 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no 9º do Decreto Estadu- </div>

al nº 2.121/2018, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

**QUAL A GARANTIA
DO CONTRATO?**

☐ X% do valor inicial do contrato.

☒ Não há.

Justificativa: Não será exigida a garantia contratual em razão da baixa complexidade e execução imediata do objeto.

ANEXOS:

I - Especificações técnicas da publicação.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PUBLICAÇÃO

1. Descrição Geral

ITEM 1 - ANUÁRIO		
DESCRIÇÃO	MIOLO	CAPA
Nº de página	120 (cento e vinte) com capa inclusa	02 (duas) páginas
Tipo de papel	Couché Matte	Triplex
Gramatura	170	350
Acabamento	Fosco	Laminação BOPP fosca frente e verso, aplicação de verniz UV GLOSS localizado em área determinada de até 40%.
Encadernação	Costurado e Colado PUR	Colada Refilada Lombada quadrada Flexível
Quantidade de cores	4X0	4X4
Formato fechado	Largura: 210mm Altura: 290mm	
Pré-impressão	Boneca impressa em <i>offset</i> em papel específico capa e miolo com as todas especificações exigidas com a mesma escala de cor e alta qualidade do produto final (todas as páginas do exemplar solicitado)	
Tipo de impressão	Offset	
Envelopamento	Tipo <i>shrink</i> individual (Confecção de plástico transparente 0/0, incolor, tamanho compatível com formato fechado da revista)	
Embalagem	O material deverá ser empacotado em caixas de papelão com onda dupla e resistente.	
Tiragem por edição	500 (quinhentos) exemplares	
Observação	O material será composto por imagens, gráficos, tabelas e infográficos.	

ITEM 2 - REVISTA CIENTÍFICA		
DESCRIÇÃO	MIOLO	CAPA
Nº de página	80 (oitenta) com capa inclusa	02 (duas) páginas
Tipo de papel	Couché Matte	Triplex
Gramatura	150	300

Acabamento	Fosco	Laminação BOPP fosca frente e verso, aplicação de verniz UV GLOSS localizado em área determinada de até 40%.
Encadernação	Costurado e Colado PUR	Colada Refilada Lombada quadrada Flexível
Quantidade de cores	4X0	4X4
Formato fechado	Largura: 210mm Altura: 290mm	
Pré-impressão	Boneca impressa em <i>offset</i> em papel específico capa e miolo com as todas especificações exigidas com a mesma escala de cor e alta qualidade do produto final (todas as páginas do exemplar solicitado).	
Tipo de impressão	Offset	
Envelopamento	Tipo <i>shrink</i> individual (Confecção de plástico transparente 0/0, incolor, tamanho compatível com formato fechado da revista)	
Embalagem	O material deverá ser empacotado em caixas de papelão com onda dupla e resistente.	
Edições	1 edição	
Tiragem por edição	500 (quinhentos) exemplares.	
Observação	O material será composto por imagens, gráficos, tabelas e infográficos.	

2. Amostras e prazos

2.1 Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, **uma** amostra física da revista científica e **uma** do anuário, observadas as especificações correspondentes ao objeto da presente contratação.

2.2 Caso o material digital final da Companhia ainda não esteja concluído, poderão ser apresentados materiais gráficos físicos já produzidos pela empresa (tais como revistas, livros ou publicações similares), desde que possuam características compatíveis com as especificações deste Termo de Referência, para fins de avaliação da qualidade técnica, incluindo impressão, acabamento, encadernação e fidelidade de cores.

2.3 As amostras deverão ser entregues na COSANPA, situada na Av. José Bonifácio, nº 404, bairro São Brás, Belém/PA, CEP 66063-075, na Assessoria de Publicação, no horário de 8h às 17h, mediante agendamento prévio pelo telefone (91) 98149-2868 e/ou pelo e-mail paulojorge@cosanpa.pa.gov.br, junto ao responsável pelo recebimento.

2.4 As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas com o nome e o contato da empresa fornecedora, o número do item e o número do pregão eletrônico.

2.5 A Contratante emitirá parecer técnico quanto à aprovação ou reprovação das amostras no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Caso as amostras não atendam integralmente às exigências, poderá ser solicitada a apresentação de novas amostras para análise, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

2.6 Em caso de aprovação ou reprovação, o parecer técnico deverá apresentar as justificativas que fundamentaram a decisão, em conformidade com as especificações e os critérios objetivos definidos neste Termo de Referência, identificando, no caso de reprovação, as exigências não atendidas e determinando a apresentação de novas amostras para aprovação prévia à execução do material.

2.7 Após o envio da mídia digital definitiva pela Contratante, a Contratada deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prova de impressão final contendo capa e páginas internas, contemplando, no mínimo, 3 (três) variações tonais (90%, 95% e 100%), nos papéis especificados, para análise e aprovação.

2.8 A Contratante terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para análise da prova de impressão final, podendo solicitar ajustes.

2.9 Após a aprovação da prova de impressão, a Contratada deverá apresentar a boneca no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contendo os ajustes solicitados, todas as páginas, capa, miolo e acabamentos, com qualidade equivalente ao produto final, podendo a Contratante solicitar ajustes adicionais para melhor visualização e validação do produto final.

2.10 Após a aprovação final da boneca, a Contratada deverá iniciar a produção, contemplando todos os processos industriais necessários, tais como impressão offset, acabamento, encadernação, corte, dobra e envelopamento, devendo a entrega definitiva ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da aprovação da boneca.

2.11 Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados em caixas resistentes e protegidos contra danos.

2.13 A execução contratual observará a seguinte periodicidade e quantitativos:

- I – Revista científica: 1 (uma) edição, com tiragem de 500 (quinhentos) exemplares;
- II – Anuário: 1 (uma) edição anual, com tiragem de 500 (quinhentos) exemplares.

2.14 Os prazos previstos neste item poderão sofrer variações em razão do desenvolvimento do material digital pela Contratante, servindo os períodos indicados como referência para execução das etapas, observando-se, em qualquer caso, o prazo contratual global estabelecido.

2.15 A Contratada terá o prazo de **10 (dez) dias úteis para realizar a retirada** das amostras após as análises, sem ônus para a Administração, sendo estas devolvidas no estado em que se encontrarem.

3. Material de Referência (Caráter meramente ilustrativo)

Os links disponibilizados neste anexo têm caráter exclusivamente ilustrativo e referencial, sendo fornecidos com o objetivo de apresentar parâmetros de qualidade, layout e acabamento desejados:

Revista: https://drive.google.com/file/d/1IHfIS3GzI7ob2ZiITQnRJjBF5EC1I21L/view?usp=drive_link

Anuário: https://drive.google.com/file/d/1jucFHBqrT-ys5jWtqQFu6bY9dY7I_3u8/view?usp=sharing

Ressalta-se que os materiais constantes nos referidos links não correspondem ao produto a ser impresso, uma vez que este ainda se encontra em fase de elaboração pela Contratante. Dessa forma, os conteúdos disponibilizados devem ser utilizados apenas como base orientativa, não constituindo modelo definitivo para execução do objeto.

Cidade (PA), 13 de abril de 2026.

PAULO JORGE MIRANDA LUCAS
Assessor de Produção Científica
DRT: 20323-8

**MINUTA****CONTRATO Nº XX/2026 – COSANPA.****INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO
QUE ENTRE SI CELEBRAM COMPANHIA DE
SANEAMENTO DO PARÁ E A EMPRESA
XXXXXXX.**

Pelo presente instrumento particular, **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA**, Sociedade de Economia Mista Estadual por ações, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.945.341/0001-90, e com sede na Avenida Magalhães Barata, nº 1201, bairro São Brás, Belém – Pará, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **José Dilson Melo de Souza Júnior**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.688.476 Segup-PA e CPF nº 426.627.292-87, por seu Diretor Financeiro e de Mercado, Sr. **Vitor Augusto da Silva Borges**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2761669 e CPF nº 514.629.402-00, e por seu Diretor de Operação, Sr. **Pedro Paulo de Magalhães Bezerra**, brasileiro, casado, Identificação nº 7550D CREA PA e CPF nº 237.102.172-53, e a empresa **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXX**, com sede na **XXXXXX**, nº **XXX**, bairro/distrito: **XXXXXX**, Município de **XXXXXX**, Estado do **XXXX**, CEP: **XXXXXX**, telefone **XXXXXX**, endereço eletrônico: **XXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. **XXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade nº **XXXXXX**, e inscrito no CPF nº **XXXXXXX**, as partes acima qualificadas celebram o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXX/2026 - COSANPA**, que se regerá pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto Estadual nº 2.121/2018, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC, pela Lei Complementar nº 123/2006 e pelas demais normas de direito privado aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: prestação de serviços gráficos destinados à impressão em offset da Revista Científica e do Anuário Institucional da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, aderentes às especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001 - APCI, seus anexos** e na Proposta de preços da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO E DA VINCULAÇÃO: O presente Contrato vincula-se ao **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001 - APCI**, constante no Processo nº **2026/2346410**, e rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC, do Decreto Estadual nº 2.121/2018, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 12.846/2013 e do Código Civil.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO: A execução ocorrerá por demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela fiscalização contratual, observadas as quantidades estimadas e especificações previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

4.1. A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato e emissão da respectiva Ordem de Serviço pela fiscalização contratual, ocorrendo por demanda, conforme necessidade da **CONTRATANTE**, para cada edição da Revista Científica e do Anuário Institucional.

4.2. A **CONTRATADA** deverá observar integralmente as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e demais exigências constantes no Termo de Referência e seus anexos.

4.3. Previamente à impressão definitiva dos materiais, a execução deverá observar a apresentação, análise e aprovação das amostras previstas no Termo de Referência, somente podendo prosseguir após manifestação favorável da **CONTRATANTE**.

4.4. Os prazos operacionais previstos para cada etapa poderão ser ajustados em razão do tempo necessário ao desenvolvimento, revisão ou disponibilização do material digital pela **CONTRATANTE**, permanecendo inalterado, em qualquer caso, o prazo global de vigência contratual, salvo justificativa formal superveniente.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E HORA DE ENTREGA DOS MATERIAIS: Os materiais deverão ser entregues na Assessoria de Publicação e Pesquisa Científica da COSANPA, localizada na: Avenida José Bonifácio, nº 404, Bairro Fátima, Belém/PA, CEP: 66063-075.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO:

6.1. Os materiais e serviços objeto deste contrato serão recebidos pela fiscalização contratual ou por representante formalmente designado pela **CONTRATANTE**, observando-se as seguintes etapas:

I – Provisoriamente, no ato da entrega, para conferência preliminar quanto à quantidade, integridade das embalagens e regularidade aparente dos materiais entregues;

II – Definitivamente, após verificação da conformidade técnica e quantitativa com as especificações constantes do Termo de Referência, incluindo qualidade de impressão, acabamento, encadernação, formato, gramatura, cores e demais requisitos aplicáveis.

6.2. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem exonera a **CONTRATADA** da responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos.

6.3. Constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo a **CONTRATADA** promover a substituição, correção ou reexecução, sem ônus para a **CONTRATANTE**, no prazo a ser fixado pela fiscalização.

6.4. Permanecem sob responsabilidade da **CONTRATADA** os vícios ocultos ou defeitos verificados posteriormente ao recebimento definitivo, observado o prazo legal e contratual aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Além de outras estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001 - APCI**, constituem obrigações e responsabilidades da **CONTRATANTE**:

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva execução do objeto.

7.2. Efetuar o pagamento conforme disposto nas Cláusulas Nona e Décima deste Instrumento.

7.3 DAS RESPONSABILIDADES:

a) Exigir o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato;

b) Fiscalizar a execução do objeto contratual, sendo que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da **CONTRATANTE**, não eximirá a **CONTRATADA** de integral responsabilidade pela observância do objeto do presente Contrato;

c) Fornecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, quando solicitada, informações formais à **CONTRATADA**, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente Contrato, ou providências a serem tomadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além de outras estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001 - APCI**, constituem obrigações e responsabilidade da **CONTRATADA**:

8.1 DAS OBRIGAÇÕES:

a) Executar os serviços na forma, no prazo, no local e de acordo com o objeto, a descrição dos serviços e os anexos, do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001 – APCI**.

b) Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita execução do objeto contratual;

c) Manter durante toda a execução deste Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

d) Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual;

e) Reparar e corrigir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratual, se verificado vício, defeito ou incorreção resultantes do serviço executado;

f) Credenciar junto à **CONTRATANTE** um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução deste Contrato;

g) Responder por qualquer dano pessoal ou material causado durante a execução deste Contrato;

8.2 DAS RESPONSABILIDADES:

a) A **CONTRATADA** é responsável direta e exclusivamente, pela execução integral dos serviços ora contratados, respondendo diretamente pelos danos que, por si, seus prepostos empregados ou subcontratados, por dolo ou culpa, causar à **CONTRATANTE**, ao patrimônio público ou a terceiros, não sendo elidida essa responsabilidade pela fiscalização e/ou acompanhamento do serviço pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É obrigação da **CONTRATADA** manter durante a execução do Contrato, todas as condições exigidas na licitação, conforme art. 126, § 9º, do RILC.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR CONTRATUAL: Importa o presente Contrato o valor de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXX)**, conforme descritivo abaixo:

9.1. DA ESPECIFICAÇÃO DO VALOR:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de impressão do Anuário Institucional da COSANPA	UND	500		
2	Serviço de impressão da Revista Científica da COSANPA	UND	500		

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura), atestada pelo fiscal do contrato com comprovação da regularidade fiscal da **CONTRATADA**;

10.2. A regularidade fiscal pode ser provada:

a) Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou

b) Pela apresentação dos documentos constantes no art. 9º do Decreto Estadual nº 2.121/2018, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

10.3. Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da obrigação, os preços serão corrigidos monetariamente, a contar da data prevista para pagamento até a data do efetivo adimplemento;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários para realização da despesa correrão por conta de recursos próprios da **COSANPA**, através da conta orçamentária:

4.5.75144.2000.10000.1100.40.325174 – SERVIÇOS GRÁFICOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DE PREÇOS: O reajuste será concedido nos termos do art. 151, §1º e art. 152 do RILC da COSANPA pelo índice IPCA, tendo como base a data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

13.1.1. A **CONTRATADA** ficará impedida de licitar e contratar com a **CONTRATANTE** pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações referidas no Art. 84 da Lei Federal nº 13.303/16, no que couber, garantido o processo legal, o contraditório e a ampla defesa, se:

a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;

- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato;
- c) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo.

13.2. A **CONTRATANTE** poderá cumulativamente aplicar à **CONTRATADA**: sem prejuízo das sanções previstas no art. 83 da Lei Federal nº 13.303/16, a **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de descumprimento nas cláusulas contidas no Termo de Referência, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por escrito, no caso de pequenas falhas, atrasos e/ou irregularidades;

13.2.2. Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculadas sobre o valor total da contratação, pela recusa em assinar o instrumento contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após regularmente convocada por meio de mensagem eletrônica (e-mail) enviada para o endereço eletrônico informado pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Art. 84 e seguintes da Lei Federal Nº 13.303/16 e alterações posteriores;

13.2.3. Multa variável de 2% (dois por cento) a 20 (vinte por cento) do valor do Contrato, de acordo com o grau de inadimplemento, a critério da Diretoria da **CONTRATANTE**;

13.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do preço global do Contrato, quando ocasionar a rescisão deste;

13.2.6. No caso de atraso no cumprimento dos serviços, a **CONTRATADA** estará sujeita a multa de mora no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços em atraso;

13.2.7. A aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal Nº 13.303/16, inclusive a responsabilidade da **CONTRATADA**, por eventuais perdas e danos causados à Administração;

13.2.8. A multa aplicada deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar data da comunicação oficial, que especificará o procedimento para efetivação do recolhimento;

13.2.9. A **CONTRATADA** que dolosamente praticar fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo ou atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação, ou ainda, demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE**, em virtude dos atos ilícitos praticados, estará sujeito às penalidades previstas acima e outras no que couber;

13.2.10. Da aplicação das sanções aqui definidas, caberá a interposição dos recursos previstos no art. 204 § 3B do RILC, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos;

13.2.11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que ser concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

13.2.12. Na inexecução total ou parcial do CONTRATO, independente de rescisão, será iniciado e instruído pela **CONTRATANTE**, processo de declaração de inidoneidade da credenciada que for **CONTRATADA** para licitar, contratar ou subcontratar com o Estado, com o consequente cancelamento do certificado de Registro Cadastral da Empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do referido Instrumento, podendo ser prorrogado, mediante justificativa formal e demonstração da vantajosidade para a Administração, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ACORDO ENTRE AS PARTES:

a) Acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 13.303/16 e RILC/COSANPA;

- b)** Quando necessária modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c)** Quando necessária modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento;
- d)** Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO: O Contrato resolver-se-á das seguintes formas e nas seguintes condições, garantido o processo legal do contraditório, nos termos do Art. 200 e 201 do RILC e a ampla defesa:

16.1. Por decurso do prazo de vigência;

16.1.2. Por distrato;

16.1.3. Por denúncia pela **CONTRATANTE** a qualquer tempo e mediante comunicação escrita, nos termos da Lei 13.303/16.

16.1.4. Por rescisão de pleno direito pela **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, mediante notificação extrajudicial à **CONTRATADA**, sem que lhe assista direito a indenização de qualquer espécie, para este fim entendendo-se por justa causa, além das hipóteses previstas no Artigo 200 e 201 do RILC, as situações abaixo:

a) Se a **CONTRATADA** infringir ou descumprir qualquer das cláusulas, condições ou obrigações assumidas no Contrato ou dele decorrentes;

b) Desatendimento de determinação do Gestor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como de seus superiores;

c) Desídia no cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato;

d) Prática de atos que importem em descrédito comercial para a **CONTRATANTE** ou dano à sua imagem;

e) Cessão, transferência ou subcontratação parcial do objeto do Contrato sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como associação com terceiro que afete a execução do Contrato, nos termos do Parágrafo único, art. 196, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC, e art. 78, da Lei Federal nº 13.303/2016;

f) Não recolher dentro do prazo determinado multa regularmente imposta;

g) Incorrer mais de duas vezes em infração para a qual seja legal ou contratualmente cominada pena de multa;

h) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;

i) Ocorrência comprovada de caso fortuito ou força maior impeditivo da execução do Contrato.

NOTA: Rescindido o Contrato, poderá o Presidente da **CONTRATANTE**, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo a fim de que a **CONTRATADA** seja declarada inidônea para transacionar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO:

17.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por representantes formalmente designados pela **CONTRATANTE**, nos termos do art. 154 e seguintes do RILC da COSANPA.

17.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

17.3 O representante da Administração Contratante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como todos os fatos relevantes

eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Belém/PA para dirimir controvérsias oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO: O extrato deste Contrato será publicado, na Imprensa Oficial do Estado do Pará, no prazo de 10 (dez) dias de sua assinatura, em face do que dispõe o parágrafo 5º do art. 28 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA: As partes concordam que a assinatura deste instrumento se dará por meio eletrônico, utilizando-se plataforma de assinatura digital que garanta autenticidade, integridade e validade jurídica, nos termos da Lei, produzindo os mesmos efeitos legais da assinatura manuscrita.

Belém-PA, na data da assinatura eletrônica.

Pela **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA:**

José Dilson Melo de Souza Júnior
Presidente

Vitor Augusto da Silva Borges
Diretor Financeiro e de Mercado

Pedro Paulo de Magalhães Bezerra
Diretor de Operações

Pela **XXXXXXXXXX**:

XXXXXXXXXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



COMPANHIA
DE SANEAMENTO
DO PARÁ



GOVERNO DO
PARÁ

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado, contendo CNPJ, endereço, telefone e demais dados necessários a formulação do contrato)

À COSANPA-Companhia de Saneamento do Pará

Ao (A) Pregoeiro (a)

Apresentamos a V.Sª, nossa proposta de preços de fornecimento dos serviços, nos termos do Edital e seus Anexos, conforme abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	TIRAGEM	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Serviço de impressão do Anuário Institucional da COSANPA	UND	1	500		
2	Serviço de impressão da Revista Científica da COSANPA	UND	1	500		

Prazo de validade da Proposta de Preços: não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

Prazo dos serviços: conforme Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Declaramos:

- Que nos comprometemos a fornecer os serviços/materiais objeto deste Edital, nas condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital, Termo de Referência e instrumento de Contrato;
- Estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado;
- Que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- Que cumprimos todos os **prazos** estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- Que os valores ofertados na proposta serão **fixos e irrevogáveis**.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

CEP: _____

Tel./Fax: _____

Endereço Eletrônico (e-mail): _____

Cidade: _____

UF: _____

Banco: _____

Agência: _____

C/C: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

RG nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

OBS: A empresa poderá utilizar o Anexo III como modelo para a proposta de preços, devendo apresentar a especificação de cada ITEM detalhadamente.

Local e data

Assinatura e carimbo

(representante legal da empresa)

(91) 3202-8404

@ cpl@cosanpa.pa.gov.br

Av. José Bonifácio, 404 – Fátima
66063-075 Belém – Pará

cosanpa

cosanpa

cosanpaoficial